



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 17, n. 1, Jan./Jun., 2025

Sítios: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 29.02.2024. Revisado por pares em: 10.04.2024. Reformulado em: 24.04.2024. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2025v17n1ID35441

Qualidade da informação contábil e fiscal no Brasil

Quality of accounting and tax information in Brazil

Calidad de la información contable y tributaria en Brasil

Autores

Maysa Alves Correa Silva

Doutoranda em Controladoria e Contabilidade. CEPCON, Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço: Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 - Pampulha - Belo Horizonte – MG, CEP: 31270-901. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4479-1353>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4567404307728984>

Email: maysa.correa66@gmail.com

Cíntia Siqueira Araújo Soares

Doutoranda em Controladoria e Contabilidade, Mestre em Administração. CEPCON, Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço: Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627 - Pampulha - Belo Horizonte – MG, CEP: 31270-901. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8457-4997>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8619346173712905>

E-mail: prof.cintiasoares@gmail.com

João Estevão Barbosa Neto

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo, Professor Assistente do Departamento de Ciências Contábeis da UFMG. Endereço: Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627- Pampulha - Belo Horizonte – MG, CEP: 31270-901. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5197-2166>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5126323715794692>

E-mail: joaoestevaobn@face.ufmg.br

Resumo

Objetivo: Analisar os condicionantes econômicos, políticos e tecnológicos relacionados à produção da informação contábil e fiscal dos municípios.

Metodologia: Foram coletados dados dos 200 maiores municípios brasileiros e realizada uma regressão linear múltipla, tendo o índice de qualidade da informação contábil e fiscal como

variável de resultado e como variáveis explicativas a complexidade econômica, dependência fiscal, qualificação do gestor, qualificação do servidor, transparência e acesso à internet.

Resultados: Os resultados demonstraram uma relação significativa das variáveis dependência fiscal, qualificação do servidor e transparência municipal.

Contribuições do Estudo: Acredita-se que o estudo contribui para literatura nacional e internacional ao demonstrar novas tendências relacionadas a qualidade da informação contábil e fiscal e evidenciar os benefícios da produção de melhores demonstrativos contábeis e fiscais.

Palavras-chave: Qualidade da informação contábil e fiscal; Condicionantes Econômicos; Condicionantes Políticos; Condicionantes tecnológicos; Municípios.

Abstract

Purpose: Analyze the economic, political and technological constraints related to the production of accounting and fiscal information in municipalities.

Methodology: Data were collected from the 200 largest Brazilian municipalities and a multiple linear regression performed, with the quality index of accounting and fiscal information as the outcome variable and economic complexity, fiscal dependence, manager qualification, server qualification, transparency as explanatory variables. and internet access.

Results: The results demonstrated a significant relationship between the variables fiscal dependence, employee qualifications and municipal transparency.

Contributions of the Study: It is believed that the study contributes to national and international literature by demonstrating new trends related to the quality of accounting and tax information and highlighting the benefits of producing better accounting and tax statements

Keywords: Quality of accounting and tax information; Economic Conditions; Political constraints; Technological constraints; Counties.

Resumen

Objetivo: Analizar las limitaciones económicas, políticas y tecnológicas relacionadas con la producción de información contable y fiscal en los municipios.

Metodología: Se recogieron datos de los 200 mayores municipios brasileños y realizó una regresión lineal múltiple, teniendo como variable de resultado el índice de calidad de la información contable y fiscal y como variables explicativas la complejidad económica, la dependencia fiscal, la calificación de los gestores, la calificación de los servidores, la transparencia e internet. acceso.

Resultados: Los resultados demostraron una relación significativa entre las variables dependencia fiscal, calificación de los empleados y transparencia municipal.

Contribuciones del Estudio: Se cree que el estudio contribuye a la literatura nacional e internacional al demostrar nuevas tendencias relacionadas con la calidad de la información

contable y tributaria y resaltar los beneficios de producir mejores declaraciones contables y tributarias.

Palabras clave: Calidad de la información contable y tributaria; Condiciones económicas; Restricciones políticas; Restricciones tecnológicas; Condados.

1 Introdução

Diversos países, como o continente Europeu, Africano e Americano, têm realizado reformas em seus sistemas contábeis para garantir a produção de demonstrativos e relatórios relevantes e confiáveis (Abimbola, et al., 2017; Biondi, 2014; Polzer, Garseth-nesbakk & Adhikari, 2019; Abdulkarim, Umlai & Al-Saudi, 2020). No âmbito privado, a qualidade da informação contábil e fiscal é importante para garantir o interesse dos acionistas e outros *stakeholders* da entidade (Baioco & Almeida, 2017). No âmbito do setor público, tais informações são essenciais para a preservação da democracia, constituindo um direito da sociedade de fiscalizar e controlar o uso dos recursos públicos (Borges *et al.*, 2010).

Além de auxiliar na democracia, inibe os atos ilegais no setor público. De acordo com Abimbola, Kolawole & Olufunke (2017), os escândalos de corrupção no setor público proporcionam uma tendência global sobre assuntos como transparência, *accountability* e produção dos demonstrativos contábeis. Para os autores, a corrupção é uma ameaça à legitimidade e autoridade do governo, pois reduz a quantidade de dinheiro público para financiar as políticas públicas e prejudica o desenvolvimento da nação.

Os sistemas contábeis promovem mudanças no setor público, como maior transparência e controle público e são influenciados pelas dinâmicas políticas e socioeconômicas dos países (Chan, 2006). Por exemplo, a Jordânia enfrentava desafios como déficits orçamentários maciços, níveis crescentes de dívida, altas pressões fiscais e má qualidade dos serviços públicos. Com isso, as mudanças orçamentárias refletiram em uma gestão financeira mais transparente e arrecadação de receitas mais eficiente e equitativa, com mudanças no trabalho em equipe, coordenação, planejamento, controles, congruência de metas, alocação de recursos e entre outros (Alsharari, 2019).

No Brasil, busca-se uma maior completude informacional, especialmente no âmbito municipal, sobre a elaboração e publicação dos demonstrativos contábeis. Prova disto, refere-se aos estudos de Cruz et al. (2011), Raupp (2016) e Silva e Bruni (2019) que relataram um baixo nível de transparência por diversos municípios. Existem diferenças no nível de transparência das regiões do país e alguns fatores podem influenciar neste processo. O estudo conduzido por Silva et al. (2019) evidenciou que municípios de maior porte populacional e com níveis mais elevados de desenvolvimento humano tendem a apresentar maior transparência. Por outro lado, a pesquisa realizada por Baldissera e Asta (2020) identificou determinantes adicionais, como renda municipal, níveis educacionais, arrecadação de receitas, entre outros. Relacionado a à transparência, destaca-se a importância da qualidade dos demonstrativos contábeis dos municípios, tornando-se crucial compreender quais fatores podem indicar que um município produzirá demonstrativos de maior qualidade em comparação a outro.

A produção e divulgação de demonstrativos de alta qualidade torna-se complexo, pois os dados precisam ser aderentes à realidade das entidades, com a influência de fatores políticos, econômicos, organizacionais e sociológicos, para gerarem informações úteis à prestação de contas, *accountability* e tomada de decisão (Sasso & Varela, 2020).

A influência política sobre a qualidade da informação contábil e fiscal decorre do apoio e desejo no investimento em sistemas contábeis. Neste sentido, os gestores públicos precisam

querer produzir demonstrativos que promovam uma maior transparência das ações do governo. Órgãos de contabilidade, universidades e demais entidades também precisam incentivar essa prática. Este apoio acontece com incentivos à remuneração dos contadores, cursos de capacitação, equipamentos e ferramentas avançadas e modernas (Hyndman & Connolly, 2011).

Existe também uma influência econômica e tecnológica, no qual o município precisa apresentar uma condição financeira para custear estes investimentos. Com por exemplo, o aprimoramento de *software* e *hardware* para produção destes demonstrativos e acesso à tecnologia pela população como forma de controle pelos cidadãos na exigência e publicação das informações do setor público (Chan, 2006; Rakhman & Wijayana, 2019).

Diante disso, considerando os diversos fatores relacionados à qualidade da informação contábil e fiscal, emerge-se o seguinte problema de pesquisa: **Como os condicionantes econômicos, políticos e tecnológicos podem explicar uma melhor qualidade da informação contábil e fiscal dos municípios brasileiros?** O objetivo desta pesquisa consiste em analisar os condicionantes econômicos, políticos e tecnológicos relacionados à qualidade da informação contábil e fiscal dos municípios brasileiros.

Demonstrativos contábeis de qualidade podem produzir diversos benefícios para entidade, com a facilidade no gerenciamento de dívidas públicas, políticas de equilíbrio macroeconômico e auxílio em uma melhor classificação de crédito para aquisição de empréstimos e financiamentos (Brusca, Gómez-Villegas & Montesino, 2016). Para Biondi (2014), os governos precisam alcançar a mesma alta qualidade e transparência de relatórios financeiros que o setor privado, sendo importante verificar quais fatores condicionam esta qualidade.

As contribuições deste estudo demonstram uma relação significativa de condicionantes econômicos, políticos e tecnológicos com qualidade da informação contábil e fiscal dos municípios brasileiros. A variável dependência fiscal mostrou uma relação inversa com a qualidade da informação contábil e fiscal, exemplificando que os municípios que apresentam grande dependência de transferências e pouca arrecadação de receitas podem apresentar dificuldades financeiras na produção dos demonstrativos contábeis de qualidade. Além disso, a variável qualidade do servidor justifica a importância de profissionais qualificados para o desenvolvimento das funções públicas, especialmente no setor de contabilidade. Por fim, como esperado, a variável transparência também apresentou relação com a qualidade da informação contábil e fiscal, uma vez que um município que prioriza a publicação de dados públicos terá maior facilidade na produção de demonstrativos completos e de qualidade.

A relevância deste estudo consiste em promover aos contadores, gestores públicos e a sociedade reflexões sobre os aspectos que podem interferir na qualidade da informação contábil e fiscal. Além disso, agrega-se no conhecimento aos municípios sobre a opção de modernização dos sistemas contábeis, com o aperfeiçoamento na qualidade e transparência das informações.

2 Revisão da Literatura

2.1 Teoria Institucional e Qualidade da informação contábil e fiscal

No século XIX, a teoria institucional iniciava suas formulações teóricas, como os economistas Thorstein Veblen, John Commons e Westley Mitchel, e sociólogos como Emile Durkheim e Max Weber (Carvalho & Vieira, 2003). Nessa teoria, as organizações são influenciadas por pressões normativas, como por exemplo, o Estado, outras vezes decorrentes de dentro da própria organização. Essas pressões levam as organizações a serem orientadas por procedimentos legítimos, para certificação profissional (Zucker, 1987).

Uma das abordagens da teoria institucional se concentra no aspecto econômico, exemplificado pelas contribuições de Douglass North, que compara o ambiente institucional através das regras formais e informais. As regras formais referem-se às exigências que as organizações devem cumprir para obter apoio, legitimidade e eficiência. Por outro lado, as regras informais abrangem aspectos culturais, como valores, símbolos e crenças, ou seja, normas comportamentais criadas pela sociedade, resultantes de uma herança cultural (Carvalho & Vieira, 2003; Liszbinski, 2014).

A teoria institucional pode estar relacionada à obtenção de informações contábeis e fiscais de qualidade. Isso se manifesta através da pressão exercida pelo Tribunal de Contas do Estado e pela população por melhorias na elaboração desses documentos. As regras formais são estabelecidas pelas exigências da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Já as regras informais incluem os costumes e a cultura dos contadores, gestores e outros membros do setor público do município, que também influenciam nesse processo.

A qualidade da informação contábil vem sendo discutida no âmbito da utilidade informacional nos processos de tomada de decisão e de controle das organizações administrativas. Tais discussões apontam para a relevância da contabilidade como mecanismo construtor de informação organizacional (Araújo & Calado, 2017).

Mesmo sendo um assunto discutido nos últimos anos, a sua definição ainda é incipiente. Para Moraes e Curto (2008) o termo qualidade contábil ainda é muito vago e difícil de ser definido. O próprio *International Accounting Standards Board* (IASB) responsável pelo desenvolvimento de padrões contábeis de alta qualidade (*International Public Sector Accounting Standards*, normas internacionais de contabilidade pública) não apresenta uma definição do que seja qualidade da informação contábil (Cappellesso, Rodrigues & Vieira, 2017).

Segundo as *International federation of accountants* (Ifac, 2018), as características qualitativas da informação contábil são relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade, logo a qualidade da informação contábil seria atingida à medida que estas características forem sendo alcançadas.

A primeira característica, relevância, diz respeito de a capacidade da informação financeira e não financeira fazer a diferença na consecução dos objetivos do relatório financeiro, possuindo um valor confirmatório e preditivo ou ambos. Já a representação fidedigna refere-se à representação fiel dos fenômenos econômicos, sendo completa, neutra e livre de erros materiais (Ifac, 2018). Ambas características auxiliam os gestores no processo de tomada de decisão e um melhor gerenciamento dos recursos públicos, com o direcionamento de políticas públicas às regiões mais necessitadas (Chan, 2006; Schmidhuber, Hilgers, & Hofmann, 2020).

A compreensibilidade, em suma, é a qualidade da informação que permite aos usuários compreender seu significado. A tempestividade significa ter a informação disponível para os usuários antes que ela perca sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e tomada de decisão. Já a comparabilidade diz respeito à possibilidade de os usuários identificarem semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. Por fim, a verificabilidade compete à qualidade da informação que assegura aos usuários que a informação financeira e não financeira explicativa ou prospectiva representa fielmente os fenômenos econômicos e outros que ela pretende representar (Ifac, 2018). A presença destas características auxilia e assegura aos cidadãos a transparência do governo sobre as ações desempenhadas.

A mensuração da qualidade da informação contábil e fiscal se torna complexa, mas algumas entidades como o Tesouro Nacional, por meio do sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), buscaram mensurar as informações enviadas

pelos municípios como forma de incentivar as cidades à produção de melhores demonstrativos contábeis e fiscais. Na Tabela 1 são demonstradas algumas dimensões para qualidade da informação contábil, e suas respectivas finalidades se dividem em gestão da informação, contábil, fiscal, e contábil x fiscal.

Tabela 1

As Dimensões do Ranking e Atributos de Qualidade da Informação

| Dimensões | Finalidade |
|-----------------------------------|--|
| Dimensão I - Gestão da Informação | Reúne as verificações que analisam o comportamento do ente federativo no envio e manutenção das informações no Siconfi. Ex.: envio de todas as declarações, envios no prazo, quantidade de retificações, entre outras. |
| Dimensão II – Contábil | Compreende as verificações que avaliam os dados contábeis recebidos em relação à adequação às regras do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, consistência entre os demonstrativos etc. |
| Dimensão III – Fiscal | Agrupa as verificações pertinentes à análise dos dados fiscais contidos nas declarações. Ex.: Adequação às disposições do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, consistência entre demonstrativos, entre outras. |
| Dimensão IV – Contábil x Fiscal | Efetua o cruzamento entre os dados contábeis e fiscais avaliando a igualdade de valores entre demonstrativos diferentes. |

Fonte: Adaptado da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

Desta forma, entende-se que a qualidade da informação contábil e fiscal será adquirida se os entes públicos enviarem todas as informações obrigatórias que são solicitadas pelos órgãos controladores, de forma que as informações contábeis atendam as regras do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), e do ponto de vista fiscal que estejam adequadas ao Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e consistentes, tendo os dados contábeis e fiscais apresentando informações iguais.

2.2 Estudos anteriores

A qualidade da informação contábil e fiscal tem sido bastante estudada no âmbito privado (Moura et al., 2016; Mazzioni & Klann, 2017; Silva et al., 2020; Andrade & Fujino, 2023), com influência no mercado financeiro. No setor público, embora com menor intensidade, também tem sido objeto de estudo por alguns autores. Por exemplo, Pereira et al. (2022) analisaram o estado de Rondônia e seus municípios. Constatou-se que o estado ocupa o quarto lugar no ranking dos 27 estados da federação, e as cidades de Santa Luzia d'Oeste, Cerejeiras e Ji-Paraná também estão entre as mais bem posicionadas. Além disso, a pesquisa identificou que não há correlação entre a qualidade das informações governamentais apresentadas no ranking e o contingente populacional, nem a área territorial dos estados ou municípios.

Já o estudo de Gomes e Silva (2022) identificaram que o ranking da qualidade da informação contábil e fiscal dos municípios brasileiros são influenciados por diversos aspectos, como por exemplo, o índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM), o índice de efetividade da gestão municipal (IEGM) e o PIB *per capita*. Ademais, para os autores, entre as 100 cidades mais colocadas no ranking de qualidade da informação contábil e fiscal, 51 estão localizadas na região sul e as regiões norte e sudeste apresentam as menores notas.

Witt et al. (2023) buscou analisar a qualidade da informação da informação contábil na precisão orçamentária dos 295 municípios de Santa Catarina e observou-se que os municípios

apresentam grande índice de imprecisão orçamentária e que a qualidade da informação ainda não é um fator determinante. O estudo de Silva et al. (2021) teve como objetivo verificar os efeitos da depreciação de ativos imobilizados na qualidade das informações contábeis e fiscais. Os resultados demonstram um reflexo nos resultados patrimoniais, em que o valor da depreciação acumulada aumentou a situação deficitária da instituição. Dessa forma, os autores afirmam a necessidade de planejamento da administração para substituição dos bens que se desgastarão ao longo dos anos.

A pesquisa realizada por Costa e Leitão (2023) teve como objetivo analisar a percepção de 85 contadores do Exército Brasileiro sobre a qualidade das informações contábeis. Os contadores afirmaram que a informação contábil é um importante instrumento para o processo de tomada de decisão, no planejamento e controle das ações. Além disso, as informações contábeis disponibilizadas pelo Exército são compreensíveis e fidedignas e apresentam elementos de compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.

2.3 Desenvolvimento de hipóteses: fatores econômicos, políticos e tecnológicos relacionados à qualidade da informação contábil e fiscal

A primeira variável econômica corresponde à complexidade econômica medida pelo grau de sofisticação ou diversidade da estrutura produtiva de uma região. Apresenta relação com o Produto Interno Bruto (PIB), Renda e Grau de escolaridade, sendo um indicador voltado para o desenvolvimento econômico do município (Cavalcante, Monea & Ferreira, 2020). Cidades desenvolvidas e que priorizam a formação educacional podem estimular cidadãos ativos nas ações públicas e capazes de processar as informações contábeis, (Mitozo & Massuchin, 2020), exigindo a produção de relatórios contábeis e fiscais relevantes, comparáveis, tempestivos, fidedignos e entre outras características qualitativas. Sendo assim a primeira hipótese consiste:

H1 - Municípios que possuem maior níveis de sofisticação da estrutura produtiva (Complexidade econômica) tendem a produzir demonstrativos contábeis e fiscais de melhor qualidade.

A dependência econômica de alguns municípios pode levar a produção de demonstrativos de maior qualidade contábil e fiscal. Para Amor e Ayadi (2019), a globalização e a abundância de parceiros econômicos geram dependência de recursos, o que afeta o comportamento do governo. Os autores afirmam que aumenta a exposição do país ao controle externo e por consequência ocasiona a obrigação de publicar seus documentos governamentais. De acordo com Araújo e Souza (2020), Boolaky Mirosea & Omoteso (2019), Manini (2019) e Sasso (2017), a contabilidade se torna uma ferramenta para a assistência financeira, pois demonstra a necessidade de transferências, empréstimos ou financiamentos, sendo o controle deste recurso exposto pelos dados contábeis.

A variável dependência fiscal é medida pelas transferências correntes realizadas e a receita corrente total. A receita corrente é composta por Impostos Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), e de Taxas e Contribuições (Massardi & Abrantes, 2014). Neste sentido, caso o município apresente uma baixa arrecadação, ocasiona uma maior dependência fiscal e por consequência um impacto na qualidade das informações contábeis e fiscais. Por isto, a próxima hipótese consiste:

H2 - Municípios com maior dependência fiscal desenvolvem demonstrativos de melhor qualidade da informação contábil e fiscal.

A produção de demonstrativos contábeis está condicionada a capacitação da equipe de contabilidade. Muitas prefeituras apresentam dificuldades no treinamento e capacitação dos seus funcionários e por isto escolhem a terceirização dos serviços de contabilidade (Sediya, Aquino & Lopes, 2017). Segundo Oliveira (2015) a baixa qualificação dos servidores nas organizações públicas pode acarretar a ocorrência de falhas, erros e irregularidades nas suas atividades tornando a gestão vulnerável. Dessa forma, a qualificação de um servidor público, com a formação em curso superior se torna essencial para a produção dos demonstrativos contábeis e fiscais de qualidade. Neste contexto propõe-se a hipótese 3:

H3 - Municípios que possuem maior qualificação dos servidores tendem a desenvolver uma melhor qualidade da informação contábil e fiscal.

Além da qualificação do servidor, os gestores que apresentam curso superior e possuem conhecimento dos demonstrativos contábeis poderão incentivar a produção de maior qualidade destes demonstrativos. Guimarães e Oliveira (2019) concluem em seu trabalho que o gestor municipal, como agente político, desempenha o papel técnico administrativo e financeiro da entidade pública, com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da sociedade com base em um modelo de gestão mais eficaz, eficiente e efetiva. Em complemento, eles afirmam que possuir conhecimentos sobre orçamento das finanças públicas municipais, trabalhar para o controle do equilíbrio dos cofres públicos, bem como realizar a prestação de contas periodicamente de suas atividades aos órgãos de controle externo é da inteira responsabilidade do gestor, necessitando assim qualificação para tal. Diante destes argumentos, propõe-se a próxima hipótese:

H4 - Municípios que possuem maior qualificação do gestor tendem a entregar uma melhor qualidade da informação contábil e fiscal.

Um município que prioriza a transparência busca demonstrar com clareza os demonstrativos contábeis em portais e sites das prefeituras. Um governo transparente disponibiliza dados sobre as ações adotadas e resultados observados, demonstrando a atuação da gestão e permitindo a participação da sociedade em geral (Leite Filho, et al., 2018).

Araújo e Romero (2016), citam que a transparência pode ser ativa ou passiva, sendo a primeira realizada de forma proativa pelas organizações públicas, e a segunda de acordo com as demandas externas (por exemplo, por meio do direito de pedido de informação). Ambas podem envolver os demonstrativos contábeis e fiscais e por isto o município que apresenta essa prática de divulgação terá maior facilidade na divulgação e por consequência produção de demonstrativos de maior qualidade. Neste sentido, a próxima hipótese consiste:

H5 - Municípios que possuem maior índice de transparência municipal tendem a entregar uma melhor qualidade da informação contábil e fiscal.

Uma das novas características da modernização da gestão pública é a divulgação de informações públicas em portais da Internet (Gama & Rodrigues, 2016). Neste contexto, Bezerra, Borges e Valmorbidia (2012) cita que o acesso a dados disponibilizados na Internet melhora o controle social e auxilia no acompanhamento da eficiência na alocação e execução

dos gastos públicos. A população pode identificar as características qualitativas agregadas aos dados publicizados. Considerando o âmbito municipal percebe-se que a transparência ativa será realizada pela disponibilidade de informações em seus websites, sendo o ideal que seja ser de fácil acesso, com um *layout* que facilite ao cidadão realizar as consultas, com a tempestividade necessária sendo respeitada. Como passiva, percebe-se que as prefeituras precisam ter em seus websites, ou outros canais, possibilidades de solicitação de informações de fácil acesso, e realizarem o retorno também com tempestividade. Para tal, é importante que a população tenha conectividade a internet para acessar tais informações, neste sentido acredita-se que municípios com melhores acesso à internet possuem uma melhor qualidade da informação. Por isto, a última hipótese consiste:

H6 - Municípios que apresentam melhores acesso à internet da população tendem a entregar uma melhor qualidade da informação contábil e fiscal.

Em resumo, as variáveis políticas, econômicas e tecnológicas podem estar relacionadas com a qualidade dos demonstrativos contábeis dos municípios brasileiros. Dessa forma, as hipóteses teóricas serão testadas para verificar se os aspectos mencionados podem atuar, positivamente ou negativamente.

3 Procedimentos Metodológicos

3.1 Definição e delineamento da amostra

A pesquisa se classifica como quantitativa e descritiva. A população deste estudo corresponde aos 200 maiores municípios brasileiros. De acordo com Rakhman e Wijayana (2019), as instituições de maior porte são associadas a mais qualidade dos relatórios contábeis. Dessa forma, objetiva-se conhecer quais os condicionantes econômicos, políticos e tecnológicos estão relacionados à qualidade da informação contábil e fiscal nesses municípios.

Os dados que compõem a variável dependente são referentes a 2021, sendo este o ano de referência para a coleta das variáveis explicativas, e, por isto, a pesquisa apresenta uma abordagem *cross-section*. Destaca-se que nem todas as variáveis utilizadas estavam disponíveis para o ano-base, sendo coletadas as informações mais recentes disponíveis. Os dados foram coletados do Tesouro Transparente, Tribunal Superior Eleitoral, Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Índice de Competitividade dos Municípios (ICM), Controladoria Geral da União (GCU) e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

3.2 Operacionalização do Estudo: Condicionantes e Indicador de Inovação Municipal

A técnica de análise dos dados utilizada para este estudo foi a Regressão Linear Múltipla (RLM), que busca demonstrar as mudanças de uma variável dependente em função de uma ou mais variáveis explicativas (Hair *et al.*, 2005). A escolha desta técnica decorre da multiplicidade de variáveis independentes (condicionantes) que podem determinar a qualidade da informação contábil e fiscal dos municípios. As variáveis de controle são apresentadas na Tabela 2, em conjunto com a sua dimensão, descrição, ano de referência, fonte dos dados e relação esperada.

Tabela 2*Variáveis independentes e de controle do estudo*

| Variável | Descrição da variável | Ano | Fonte | Relação Esperada | Autores |
|--------------------------|---|------|-----------------------------|------------------|---|
| Complexidade econômica | Indicador de complexidade econômica que mensura o nível de sofisticação da estrutura produtiva municipal. | 2019 | RAIS | + | Cavalcante, Monea & Ferreira (2020) e Mitozo & Massuchin (2020). |
| Dependência fiscal | Razão entre as transferências correntes realizadas e a receita corrente total da administração pública municipal. | 2019 | Sinconfi | + | Amor & Ayadi (2019), Araújo & Souza (2020), Boolaky et al. (2019), Massardi & Abrantes (2014), Manini (2019) e Sasso (2017) |
| Qualificação do gestor | Dummy de nível de escolaridade dos prefeitos dividida em 0 para aqueles com ensino fundamental, 1 para ensino médio e 2 para o ensino superior. | 2020 | Tribunal Superior Eleitoral | + | Sediyama, Aquino & Lopes, (2017) e Oliveira (2015). |
| Qualificação do Servidor | Razão entre o número de servidores públicos municipais da administração direta com ensino superior e o número total servidores públicos municipais da administração direta. | 2019 | RAIS | + | Guimarães & Oliveira (2019) |
| Transparência municipal | Nota na Escala Brasil Transparente 360° da administração pública municipal, abrangendo as notas em transparência passiva e transparência ativa. | 2020 | GCU | + | Araújo e Romero (2016) e Leite Filho et al., (2018). |
| Acesso à internet | Razão entre o número acessos de banda larga e a população do município (por grupo de 100). | 2020 | Anatel | + | Bezerra (2012) e Gama, (2015). |

Fonte: *Dados da pesquisa.*

Para operacionalização dos dados, utilizou-se o *software* STATA®: *Statistic/Data Analysis* 14. Assim, especificou-se o seguinte modelo:

$$QICFi = \beta_0 + \beta_1 CE_i + \beta_2 DF_i + \beta_3 QG_i + \beta_4 QS_i + \beta_5 TM_i + \beta_6 AI_i + \varepsilon_i$$

Sendo: β_0 = Coeficiente Angular; β = Parâmetros; ε = Termo de Erro da regressão; CE: Complexidade Econômica, DF: Dependência Fiscal; QG: Qualificação do Gestor; QS: Qualificação do servidor; TM: Transparência Municipal; AI: Acesso à internet.

4 Resultados e Análises

Inicialmente, realizou-se a análise descritiva das variáveis dependentes e independentes do estudo. Como forma de facilitar o entendimento, na Tabela 3 são **apresentados** os valores das médias, desvio-padrão, mediana e valores máximos e mínimos dos indicadores econômicos, políticos e tecnológicos.

Tabela 3
Análise descritiva dos dados

| Variáveis | Média | Desvio-padrão | Mínimo | Máximo |
|-----------|-----------|---------------|-----------|-----------|
| QICF | 0.7779 | 0.1755067 | 0.12 | 1 |
| CE | 2.064495 | 0.599942 | 0.4863086 | 3.422979 |
| DF | 0.6629895 | 0.1151294 | 0.3307987 | 0.9601831 |
| QG | 1.832487 | 0.4132504 | 0 | 2 |
| QS | 0.5083529 | 0.144291 | 0 | 0.9782549 |
| TM | 7.31805 | 1.868412 | 2.64 | 10 |
| AI | 21.2575 | 9.166163 | 2.92 | 45.29 |

Nota: QICF: Qualidade da informação contábil e fiscal; CE: Complexidade Econômica; DF: Dependência fiscal; QG: Qualidade do Gestor; QS: Qualidade do servidor; TM: Transparência Municipal; AI: Acesso à internet.

Fonte: *Dados da pesquisa.*

Inicialmente, realizou-se a análise descritiva das variáveis dependentes e independentes do estudo. Como forma de facilitar o entendimento, na Tabela 3 são demonstrados os valores das médias, desvio-padrão, mediana e valores máximos e mínimos dos indicadores econômicos, políticos e tecnológicos.

4.2. Análise Multivariada dos Dados

Após a análise descritiva dos dados, na Tabela 4 são apresentados os resultados para a regressão linear múltipla.

Tabela 4
Resultados estimados pela regressão linear múltipla

| Variáveis | Coefficientes | Erro Padrão | T | Valor de p |
|-------------------------------|---------------|----------------------------|-------|------------|
| CE | 0.035446 | 0.0233969 | 1.51 | 0.131 |
| DF | -0.2762066 | 0.1611897 | -1.71 | 0.088 |
| QG | -0.0032836 | 0.281816 | -0.12 | 0.907 |
| QS | 0.3328781 | 0.841502 | 3.96 | 0.000* |
| TM | 0.0128834 | 0.0063867 | 2.02 | 0.045** |
| AI | -0.0019246 | 0.0018432 | -1.04 | 0.298 |
| Constante | 0.3890729 | 0.0642595 | 6.05 | 0.000 |
| <i>R² ajustado</i> | 0.1841 | <i>Variável Dependente</i> | QICF | |

| | |
|------------------|--------|
| Prob. (F) | 0.0000 |
|------------------|--------|

Legenda: *Significativa a 1%. **Significativo a 5%. ***Significativo a 10%.

Fonte: *Dados da pesquisa.*

Os coeficientes estimados do modelo apresentam um ajustamento satisfatório, sendo que o teste se mostrou significativo, com menos de 1%, demonstrando que as variáveis conseguem explicar o fenômeno em estudo. Além disso, é reconhecido que em modelos desse tipo, não se busca a maximização do R^2 , devido à parcimônia da estrutura explicativa adotada.

A primeira variável com relação significativa e negativa corresponde a Dependência Fiscal, ou seja, o aumento da variável de dependência fiscal ocasiona uma redução na qualidade da informação contábil e fiscal. Esse achado vai contra os estudos de Amor e Ayadi (2019), Araújo e Souza (2020), Boolaky Mirosea & Omoteso (2019), Manini (2019) e Sasso (2017) e demonstra que a produção de demonstrativos contábeis nos municípios brasileiros não tem sido uma ferramenta para assistência financeira.

Os municípios com maior dependência fiscal e baixa arrecadação de receitas podem apresentar dificuldades institucionais e financeiras para produção de demonstrativos contábeis e fiscais de qualidade. A produção destes demonstrativos exige um custo financeiro, com o investimento em capacitações frequentes dos funcionários e investimento em infraestrutura de programas, *softwares* e outros aspectos tecnológicos (Chan, 2006).

Para Divino, Bezerra Filho e Nossa (2019) municípios que apresentam melhores arrecadações, demonstram um nível de transparência mais elevado. Com a redução da arrecadação tributária, o governo tende a priorizar os serviços públicos mais exigidos pela população, não sendo o foco o investimento na publicação de dados contábeis. Da mesma forma, isso também pode ocorrer com o investimento na qualidade da produção destes demonstrativos contábeis.

A variável qualificação do servidor apresentou uma relação positiva e significativa, confirmando o estudo de Oliveira (2015), no qual os servidores que possuem baixa qualificação podem promover demonstrativos contábeis de menor qualidade, com falhas, erros e irregularidades, prejudicando a prestação de contas pelo setor público e o processo de tomada de decisão pelos gestores públicos. Ademais, é importante ressaltar que um contador altamente qualificado possuirá um amplo conhecimento da legislação, aderindo estritamente às regras formais estabelecidas e evitando práticas contábeis que contrariem a legislação vigente.

Em estudo realizado por Sedyama, Aquino e Lopes (2017), demonstrou-se uma postura passiva dos técnicos das prefeituras que atuam na função de contabilidade, com baixa capacitação da equipe. Com isso, as empresas de *software* acabam se tornando uma opção e o serviço passa a ser terceirizado. Para os autores, existe uma fraca relação do sistema de contabilidade pública com o Tribunal de Contas e a Secretaria do Tesouro Nacional.

Como observado, a qualidade da informação contábil e fiscal depende da qualificação dos servidores, mas muitas prefeituras preferem aplicar os recursos na terceirização da contabilidade, ao invés de realizar a capacitação dos funcionários públicos. Além disso, a falta de apoio político, no convencimento dos gestores dos potenciais usos da informação contábil, dificulta todo o processo (Sedyama, Aquino e Lopes, 2017).

Por sua vez, a variável transparência municipal se mostrou positiva e significativa. Como esperado, pois, a qualidade da informação contábil está relacionada a publicação e visibilidade dos demonstrativos contábeis. Os avanços tecnológicos, especialmente da internet, proporcionaram o surgimento do governo eletrônico, que modernizou a administração pública e melhorou a eficiência dos processos de governo. Os dados disponibilizados em meios eletrônicos de acesso público facilitaram o acesso e a compreensão das informações, com

plataformas padronizadas, a utilização de relatórios, gráficos, quadros e tabelas (Zuccolotto & Teixeira, 2019). A transparência passiva, com a possibilidade de solicitação de demonstrativos contábeis e fiscais pelos usuários também contribuiu para uma postura dos contadores direcionadas para melhor produção dos demonstrativos (Araújo & Romero, 2016).

A transparência de dados públicos está relacionada em cumprir as exigências da legislação (regras formais) e com uma cultura que prioriza a publicação destas informações (regras informais). A transparência e qualidade da informação contábil e fiscal possuem uma relação, os municípios que apresentam uma baixa publicação dos dados, como exemplificado pelos trabalhos de Cruz et al. (2011), Raupp (2016) e Silva e Bruni (2019) provavelmente apresentam uma baixa qualidade nos demonstrativos contábeis e fiscais, com prejuízos no controle e participação da sociedade.

Portanto, percebe-se que os aspectos econômicos, políticos e tecnológicos apresentam relação com a qualidade da informação contábil e fiscal. Dependência fiscal, qualificação do gestor e transparência estão relacionados aos investimentos que os governos irão realizar para a produção de melhores demonstrativos contábeis e fiscais.

5 Considerações Finais

Este estudo teve por objetivo analisar os condicionantes econômicos, políticos e tecnológicos que podem influenciar na qualidade da informação contábil e fiscal das cidades brasileiras. Observou-se que a dependência fiscal, relacionada à condição econômica e financeira do município pode contribuir com equipamentos e qualificações para a produção de demonstrativos contábeis e fiscais.

A qualificação dos servidores, com também a necessidade do investimento pelas prefeituras na capacitação dos seus funcionários, buscando minimizar os serviços por terceiros (empresas de *softwares*) e realizando treinamento e cursos pelos funcionários públicos. Por fim, a transparência está relacionada ao direito democrático, no qual os cidadãos tem o direito de visualizar informações contábeis de qualidade sobre os demonstrativos contábeis.

De modo geral, este estudo busca trazer novas reflexões e perspectivas sobre a qualidade da informação contábil e fiscal no setor público e como as prefeituras e órgãos fiscalizadores, como Tribunal de Contas, Controladorias, Conselhos de contabilidade, Secretaria do Tesouro Nacional e entre outros atores podem auxiliar no aperfeiçoamento de relatórios e demonstrativos contábeis. Além disso, esta pesquisa esbarra em questões de transparência, corrupção e auxílio no processo de tomada de decisão. Todos estes elementos estão relacionados com a qualidade das informações contábeis e fiscais e com uma melhor gestão dos recursos públicos.

Acredita-se, que o estudo poderá contribuir no processo de implementação das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) no Brasil. As normas objetivam melhorias na qualidade dos demonstrativos contábeis. Dessa forma, aqueles municípios que não apresentam uma boa avaliação no ranking de qualidade da informação contábil e fiscal do Tesouro Nacional precisarão de mudanças nos aspectos econômicos, políticos e tecnológicos. Com uma diminuição na dependência fiscal, o investimento na qualificação dos servidores públicos e uma maior cultura de transparência dos dados públicos.

Outro aspecto refere-se ao estudo contribuir em análises do âmbito municipal sobre a qualidade dos demonstrativos contábeis e fiscais. Diversas pesquisas destacam as dificuldades institucionais enfrentadas pelos municípios em comparação com as esferas estadual e federal. Este estudo identifica as variáveis associadas à produção de demonstrativos contábeis de qualidade e sugere possíveis mudanças institucionais, como investimentos em treinamentos

frequentes para os funcionários e em infraestrutura de programas, softwares e outros aspectos tecnológicos. Além disso, comparado com os estudos já publicados, esta pesquisa permite uma visão da qualidade contábil e fiscal de todo o país.

Como limitações, é importante destacar a falta de consideração de outras variáveis econômicas, políticas e tecnológicas que não puderam ser analisadas devido à falta de disponibilidade de dados para todos os 200 municípios. Além disso, é relevante notar que a amostra não abrangeu um número maior de municípios devido à indisponibilidade de dados.

Acredita-se que outras pesquisas podem ser desenvolvidas questionando outros condicionantes, relacionados a aspectos sociais, psicológicos e culturais que podem influenciar a qualidade da informação contábil e fiscal nos municípios. Ademais, sugere-se uma análise comparativa de regiões, como forma de entender se os aspectos institucionais do sul, sudeste, nordeste, centro-oeste e norte influenciam na qualidade dos demonstrativos contábeis e fiscais.

Referências

- Abdulkarim, M. E., Umlai, M. I. & Al-saudi, L. F. (2020) Exploring the role of innovation in the level of readiness to adopt IPSAS. *Journal of Accounting & Organizational Change*, 16(3), 469-495. <https://doi.org/10.1108/JAOC-12-2019-0119>
- Abimbola, O. A., Kolawole, A. A., & Olufunke, A. O. (2017). Impact of International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) adoption on financial accountability in selected local governments of Oyo State, Nigeria. *Asian Journal of Economics, Business and Accounting*, 3(2), 1-9. <https://doi.org/10.9734/AJEBA/2017/33866>
- Alsharari, N. M. (2019). As mudanças contábeis e além dos princípios do orçamento (BBP) no setor público: isomorfismo institucional. *International Journal of Public Sector Management*, 33(2/3), 165-189. <https://doi.org/10.1108/IJPSM-10-2018-0217>.
- Amor, D. B., Damak, S. (2019). The profile of IPSAS-adopters. *Accounting & Management Information Systems/Contabilitate si Informatica de Gestiune*, 18(2), 262-282.
- Andrade, L. M. N. & Fujino, A. (2023). Condicionantes da qualidade da informação contábil à luz do regime de informação do sistema de governança corporativa: uma aproximação conceitual. *Boletim de Conjuntura*, 16(48), 533–562.
- Araújo, J. F. F. E., & Romero, F. T. (2016). Local government transparency index: determinants of municipalities' rankings. *Internacional Journal of Public Sector Management*, 29(4), 327-347.
- Araújo, R. H. M.; & Callado, A. A. C. (2017). Características Qualitativas da Informação Contábil: A Percepção de Profissionais de Controle Interno do Setor Público. In *XVII Congresso USP* (p.18). São Paulo, SP.
- Araújo, J. G. N., & Souza, F. G. (2020). Walking toward IPSAS adoption: A discussion about Brazilian public sector changes under the perspective of Institutional Theory. *Contabilidade, Atuária, Finanças & Finanças*, 3(1), 103-113. <https://doi.org/10.23925/cafi.v3i1.45465>.

- Baioco, V. G., Almeida, J. E. F. (2017). Efeitos do comitê de auditoria e do conselho fiscal na qualidade da informação contábil no Brasil. *Revista contabilidade financeira*, 28(74), 229-248.
- Baldissera, J. F. & Asta, D. (2020). Panorama Teórico e Empírico dos Determinantes da Transparência Pública. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 15(4), 88-111.
- Bezerra, R. O., Borges, L. J. & Valmorbidia, S. M. L. (2012). Análise das prestações de contas na internet da Universidade do Estado de Santa Catarina. *Revista GUAL*, 5(1), 66-82.
- Biondi, Y. (2014). Harmonising European Public Sector Accounting Standards (EPSAS): Issues and Perspectives for Europe's Economy and Society. *Accounting, Economics, and Law: A Convivium*, 4(3), 165-178.
- Boolaky, P. K., Mirosea, N. & Omoteso, K. (2019). The adoption of IPSAS (Accrual Accounting) in Indonesian Local Government: a neo-institutional perspective. *International Journal of Public Administration*, 1-14. <https://doi.org/10.1080/01900692.2019.1669047>
- Borges, T. B., Mario, P. C., Cardoso, R. L., & Aquino, A. C. B. (2010). Desmistificação do regime contábil de competência. *Revista de Administração Pública*, 44(44), 877-901.
- Brusca, I., Gómez-Villegas, M. & Montesinos, V. (2016). Public financial management reforms: the role of IPSAS in Latin-America. *Public administration and development*, 26, 51-64. <https://doi.org/10.1002/pad.1747>
- Cavalcante, L. Monea, G. K. A. & Ferreira, F. F. (2020). Ranking de complexidade econômica dos estados brasileiros. *Redeca*, 7(2), 143-157.
- Cappellesso, G., Rodrigues, J. M., Vieira, E. T. (2017). Qualidade da informação contábil: uma investigação sobre o nível de percepção qualitativa dos contadores e auditores do distrito federal. *Revista Ambiente Contábil*, 9(2), 1-22.
- Carvalho, C. A. & Vieira, M. M. F. (2003). Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações: Possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação. In: CARVALHO, C. A., VIEIRA, M. M. F. (Orgs.). *Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional*. Recife: Editora UFPE, p. 23-40.
- Chan, J. (2006). IPSAS and government accounting reform in developing countries. In Lande, E. & Scheid, J. C. (Eds.). *Accounting reform in the public sector: mimicry, fad or necessity* (pp. 1-15). Paris: Expert Comptable Media.
- Costa, J. R. R. & Leitão, C. R. S. (2023). Qualidade da informação contábil: Percepção dos contadores do Exército Brasileiro. *Research, Society and Development*, 12(13), 1-14.
- Cruz, C. F., Ferreira, A. C. S., Silva, L. M. & Macedo, M. A. S. (2011). Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração pública*, 46(1), 153-176.

Cruz, C. F., & Afonso, L. E. (2018). Gestão fiscal e pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal: Evidências em grandes municípios. *RAP-Revista de Administração Pública*, 52(1), 126-148. doi:10.1590/0034-7612165847

Cruz, C. F., Ferreira, A. C. S., Silva, L. M., & Macedo, M. A. S. (2012). Transparência da gestão pública municipal: Um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *RAP-Revista de Administração Pública*, 46(1), 153-176. doi:10.1590/S0034-76122012000100008

Cruz, C. F., Macedo, M. A. S., & Sauerbronn, F. F. (2013). Responsabilidade fiscal de grandes municípios brasileiros: Uma análise de suas características. *RAP-Revista de Administração Pública*, 47(6), 1375-1379. doi:10.1590/S0034-76122013000600003

Diefenbach, T. (2009). New Public Management in public sector organizations: The dark sides of managerialistic 'enlightenment'. *Public Administration*, 87(4), 892-909. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2009.01766.x>.

Divino, S. N., Bezerra Filho, J. E. & Nossa, S. N. (2019). Motivações para a Transparência Orçamentária Municipal. *Management and Connections Journal*, 8(2), 140-157.

Gama, J. R. & Rodrigues, G. M. (2016). Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras, *TransInformação*, 28(1), 47-57.

Gomes, P., Fernandes, M. J., & Brusca, I. (2019). Implementing the International Public Sector Accounting Standards for consolidated financial, *Public money & management*, 39(8), 544-552. <https://doi.org/10.1080/09540962.2019.1654318>.

Gomes, N. C. & Silva, M. C. (2022). Análise dos Fatores Explicativos do Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal. *The journal of globalization, competitiveness and governability*, 16(3), 101-116.

Guimarães, L. A., Oliveira, A. F. F. V. (2019). A Importância da Formação em Gestão Pública Municipal para os Gestores Públicos no Exercício de suas Funções. *Id on Line Revista Multidisciplinar e Psicologia*, 13(45), 356-372.

Hair, J. R., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E. & Tatham, R. L. (2006). *Multivariate Data Analysis*. 6ª ed. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2006.

Hyndman, N., & Connolly, C. (2011). Accrual's accounting in the public sector: A road not always taken. *Management Accounting Research*, 22(1), 36-45. <https://doi.org/10.1016/j.mar.2010.10.008>

International federation of accountants (IFAC). Handbook of International Public Sector Accounting Pronouncements, 2018. Disponível em: < <http://www.ifac.org/publications-resources/2018-handbook-international-public-sector-accounting-pronouncements>>. Acesso em: 20 de julho.

Leite Filho, G.A, Cruz, C. F., Nascimento, J. P. B., Silva, T. G. (2018). Relação entre a qualidade da gestão fiscal e a transparência dos municípios brasileiros. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, 23(76), 337-355.

Liszbinski, B. B. (2014). Conformidade no reconhecimento de ativos intangíveis: Um estudo na perspectiva da teoria institucional. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(24), 85-106.

Manini, M. M. (2019). Institutional isomorphism and adoption of International Public Sector Accounting Standards by African Countries. *International Journal of Scientific Research and Management*, 7(5), 1148-1170. <https://doi.org/10.18535/ijstrm/v7i5.em04>.

Massardi, W. O. & Abrantes, L. A. (2014). Classificação dos municípios mineiros em relação à composição de suas receitas. *Gestão, finanças e contabilidade*, 4(1), 144-161.

Mazzioni, S. & Klann, R. C. (2017). Aspectos da qualidade da informação contábil no contexto internacional. *Revista brasileira de gestão de negócios*, 20(1), 92-111.

Mitozo, I. B. & Massuchin, M. G. (2020). engajamento público e democracia: uma análise da participação política institucional e não-institucional na cidade de São Paulo. *Revista Teoria & Pesquisa*, 29(2), 41-65.

Moura, G. D., Ziliotto, K. & Mazzioni, S. (2016). Fatores determinantes da qualidade da informação contábil em empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 10(27), 17-30.

Oliveira, C. M. (2015). A Contabilidade Pública e os Desafios Enfrentados pelos Servidores Públicos: Uma Análise no Município de Castro Alves. *Revista Formadores: Vivências e Estudos*, Cachoeira, 8(2), 6-24.

Pereira, R.M., Andrade, L. M. N., Lovo, O. A., Dal Magro, E. F., e Loose, C. E. (2022). Qualidade da informação contábil e fiscal governamental: um recorte extrato de Rondônia. *Research, Society and Development*, 11(4).

Polzer, T., Garseth-Nesbakk, L., & Adhikari, P. (2019). “Does your walk match your talk?” Analysing IPSASs diffusion in developed and developing countries. *International Journal of Public Sector Management*, 33(2/3), 117-139.

Raupp, F. M. (2016). Realidade da transparência passiva em prefeituras dos maiores municípios brasileiros. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13(30), 34-52.

Rakhman, F., & Wijayana, S. (2019). Determinants of financial reporting quality in the public sector: Evidence from Indonesia. *The International Journal of Accounting*, 54(3). <https://doi.org/10.1142/S1094406019500094>.

Ribeiro, C.P.P. & Zuccolotto, R. (2012). Fatores Determinantes da Transparência na Gestão Pública dos Municípios Brasileiros. In: Encontro Nacional de Administração Pública e

Governo - EnAPG, 2012, Salvador - BA. EnAPG - Encontro Nacional de Administração Pública e Governo, p. 1-16.

Sasso, M. & Varela, P. S. (2020). Doze anos de convergência das normas brasileiras às IPSAS: avanços e limites das pesquisas. *Revista Fipecafi de Contabilidade, Controladoria e Finanças*, 1(1), 78-102.

Schmidhuber, L., Hilgers, D. & Hofmann, S. (2020). International Public Sector Accounting Standards (IPSASs): a systematic literature review and future research agenda. *Financial Accountability & Management*, 1-24. <https://doi.org/10.1111/faam.12265>

Sediyama, G. A. S., Aquino, A. C. B., Lopes, G. B. (2017). A difusão das mudanças na contabilidade pública em municípios. *Revista Contabilidade Vista e Revista*, 28(2), 78-100.

Silva, W. A. O. & Bruni, A. L. (2019). Variáveis socioeconômicas determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 52(2), 415-431.

Silva, M. C., Nascimento, J. C. H. B., Silva, J. D. & Siqueira, J. R. M. (2019). Determinantes da transparência municipal: uma análise empírica com municípios brasileiros. *Revista globalizacion, competitividad y gobernabilidad*, 87-100.

Silva, N. P., Mazzioni, S. & Vargas, L. A. (2020). Qualidade da informação contábil: uma análise das empresas de utilidade pública listadas na B3. *Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, 7(1), 61-76.

Silva, J. D., Costa, W. P. L. B., Costa, S. V. S. & Kronbauer, C. A. (2021). Efeitos da depreciação em ativos imobilizados que afetam a qualidade da informação contábil do setor público. *Revista de Administração, contabilidade e economia*, 12(2), 79-94.

Schnackenberg, A. K.; Tomlinson, E. C. (2016). Organizational Transparency: A New Perspective on Managing Trust in Organization-Stakeholder Relationships. *Journal of Management*, 42(7), 1784–1810.

Tesouro Nacional. (2022). Ranking de qualidade da informação contábil e fiscal no Siconfi. Disponível em: <<https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/>>. Acesso em 20 de outubro.

Witt, C., Gmach, F., & Contesini, S. L. D. (2023). Influência da qualidade das informações contábeis na precisão orçamentária de entes federados. *Revista de Gestão e Secretariado*, 14(11), 20092–20104. <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i11.3033>

Zuccolotto, R. & Teixeira, M. A. (2019). *Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro*. Brasília, DF: Enap. 75p.

Zucker, L. G. (1987). Institutional Theories of Organization. *Annual Review of Sociology*, 13, 443-464.